



Ausências sociais na produção jornalística¹

Elaine Aparecida Manini²

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Este texto baseia-se na proposição da sociologia das ausências do sociólogo Boaventura de Souza Santos e objetiva localizar tais ausências no trabalho jornalístico. Questiona razões que determinam o que entra e o que fica de fora do noticiário, com atenção para o que é ausentado, que pode provocar o que Santos denomina *desperdício de experiência social*. Para isso procura-se relacionar cada uma das cinco monoculturas reprodutoras da lógica hegemônica delineadas pelo sociólogo com a lógica do pensamento jornalístico no processo de seleção dos fatos e direcionamento da cobertura. Defende-se que o jornalismo tem fundamental participação para evitar ou contribuir com um maior desperdício das experiências. O artigo contém parte das reflexões que darão embasamento para uma dissertação sobre a cobertura de temas relacionados à economia social, especificamente o cooperativismo.

Palavras-chave: sociologia das ausências; noticiabilidade, agendamento; lógica produtivista; o não-hegemônico.

A noticiabilidade pode ser considerada um assunto tradicional nas pesquisas de Jornalismo. A primeira tese sobre Jornalismo defendida na Universidade de Leipzig, Alemanha, por Tobias Peucer em 1690, tratava de distinguir características para determinar os assuntos que mereciam ser noticiados e os que deveriam ficar de fora. Ao longo dos anos as pesquisas avançaram nestes termos. A teoria do *gatekeeping*, formulada por Manning White em 1950, utiliza a metáfora de porteiros que determinam o que entra e o que fica de fora. Na década de 1970, a teoria do agendamento, de Maxwell Maccombs e Donald Shaw, primeiro tratava de explicar que os meios de comunicação, através daquilo que informavam, agendavam os assuntos que seriam discutidos pela sociedade. Com o passar dos anos, o desenvolvimento desta teoria passou a tratar também do quê (ou quem) pautava a mídia.

A fim de conferir credibilidade e unidade à área, vários pesquisadores preocuparam-se em listar, nomear e classificar critérios que atribuíssem aos fatos valores, conhecidos por valores-notícia, que auxiliassem o processo de seleção e

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 8 a 10 de maio de 2014.

² Mestranda do Curso de Jornalismo da UFSC, email: nanimanini@gmail.com



justificassem a escolha de determinados eventos ou fatos em detrimento de outros. Isso pode ajudar a explicar em parte porque sociedades com culturas e costumes às vezes tão diversos possuem um noticiário tão parecido. A depender do pesquisador alguns termos mudam, mas em sua maioria os critérios são muito próximos. Cito Nilson Lage, cuja dissertação de mestrado originou um dos livros básicos de Jornalismo no Brasil. Segundo Lage, os itens a ser considerados na seleção e ordenação das informações são: proximidade, atualidade, identificação, intensidade, ineditismo e oportunidade. Na apresentação do livro, Eduardo Meditsch qualifica-o como responsável pelo jornalismo se tornar "objeto digno da preocupação da verdadeira ciência". A título de curiosidade, recordo que em suas aulas de Teoria da Informação Lage apresentava equações logarítmicas sobre a quantidade ideal de informações que cada palavra da notícia deveria conter.

É importante ressaltar que este ensaio está longe de questionar a importância dos estudos sobre critérios de noticiabilidade e valores-notícia e o que eles representam no reconhecimento científico sobre a importância da pesquisa em Jornalismo. Mas falar apenas da listagem de valores-notícia de Lage seria reduzir a sua obra, uma vez que logo na sequência o pesquisador considera que

Na realidade das empresas de comunicação, esses fatores influem segundo a ordem de interesses de classe ou grupo dominante; secundariamente, operam ainda gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder, ou estratégias fundadas em avaliações prévias quanto a efeitos, consequências ou desdobramentos de um fato noticiado. (LAGE, 2001: 94)

Este ensaio preocupa-se, entretanto, em discorrer sobre o que fica de fora dos jornais e, por consequência, de boa parte das discussões sociais, considerando que a mídia possui um importante papel na divulgação de informação e na formação de opinião da sociedade. Preocupa-se com aquilo que a ciência e o pensamento moderno não consideram digno e pretende tratar das intenções que levam o Jornalismo na sociedade a desconsiderar determinados acontecimentos. Contribuirão neste sentido as ressalvas e considerações de Nilson Lage sobre cada valor-notícia.

Para embasar este estudo procura-se identificar uma relação entre fatos ou eventos que não passam pelo filtro do Jornalismo, com o que Boaventura de Souza Santos chama de "desperdício de experiência social", como resultante da configuração do mundo moderno. Tal desperdício serve de premissa para o sociólogo português propor um novo modo de estudar e pensar a sociedade. O modelo abrange uma



sociologia das ausências, uma sociologia das emergências, e é completado por um processo de tradução. É resultado de uma análise profunda de um intenso projeto de investigação, intitulado "Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos". O projeto reuniu 69 pesquisadores de seis países e resultou em uma coleção de sete livros sobre globalização alternativa, abrangendo os seguintes temas: democracia participativa, sistemas alternativos de produção, multiculturalismo, justiça e cidadania culturais, luta pela biodiversidade entre conhecimentos rivais, novo internacionalismo operário.

Com este novo modo de análise, a sociologia daria conta de minorias e ideias que foram marginalizadas por uma ciência desenhada pela modernidade, que tem espaço apenas para temas de interesses hegemônicos. Como principal fonte de informação declarada a serviço da sociedade entende-se que o papel do Jornalismo seja determinante e que sua atividade está diretamente ligada a esta questão, podendo agravar o problema do desperdício de experiência social, localizado por Santos, através da falta de cobertura, ou auxiliar em sua resolução, abrindo espaço para as diversas experiências existentes, não apenas divulgando-as como também questionando-as. É importante ressaltar que nem todo exercício de acolhimento de minorias pretende necessariamente defendê-las, mas considerá-las.

Localização das ausências, em Santos

Este artigo comunga da seguinte ideia de Santos: há uma riqueza social sendo desperdiçada e "É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim, e outras semelhantes." (SANTOS, 2002a: 238). Para combater tal desperdício, o pesquisador defende que é necessário um novo modo de pensar. Realiza uma "crítica do modelo de racionalidade ocidental" e propõe uma outra racionalidade. Ao paradigma que conduz o pensamento moderno, Santos chama *razão indolente*. Como alternativa a este modelo, propõe uma *razão cosmopolita*. Enquanto "a indolência da razão manifesta-se, entre outras formas, no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos verdadeiros" (SANTOS, 2002a: 241), a razão cosmopolita fundamenta um trabalho de identificação e localização de ausências e marginalidades (eventos de caráter não hegemônicos), tanto no presente quanto no futuro, composto pelos três procedimentos já citados: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o processo de tradução.



A razão cosmopolita considera que a compreensão do mundo está além da compreensão ocidental do mundo e propõe a expansão do presente e contração do futuro, a fim de conhecer e valorizar a inesgotável experiência social dos dias atuais. Para expandir o tempo presente Santos propõe a sociologia das ausências, foco deste ensaio. A contração do tempo futuro é realizada pela sociologia das emergências e o processo de tradução é responsável por identificar laços..., dando coerência entre elas.

A sociologia das ausências surge como contraposição a uma das formas de manifestação da razão indolente, a razão metonímica. Santos explica que a razão metonímica é aquela que toma a parte pelo todo e contrapõe a esta ideia o seguinte pensamento: "ao contrário do que é proclamado pela razão metonímica, o todo é menos e não mais do que o conjunto das partes. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais." (SANTOS, 2002a: 242). Desta forma, interpreta-se que uma das considerações é que o pensamento indolente reduz a realidade (o todo) àquilo que é hegemônico, seja em termos de quantidade, seja pela naturalização de alguma forma de poder. Santos coloca que "a razão metonímica não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito maior do que a compreensão ocidental do mundo". (SANTOS: 243). Sobre as ausências, entende que elas são na verdade provocadas: "O que não existe é, na verdade, ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe." (SANTOS: 246). Para ele a razão metonímica possui cinco lógicas de produção de não-existência:

1 - a monocultura do saber e do rigor do saber: um cânone define o que é critério único de verdade, de conhecimento. O que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente, na forma de ignorância ou incultura.

2 - monocultura do tempo linear: a história possui uma lógica com sentido e direção único e conhecido e considera existente apenas o que é avançado. É residual tudo o que de acordo com essa norma temporal é atrasado.

3 - monocultura da naturalização das diferenças: lógica da classificação social. Naturaliza as hierarquias sociais. A não existência é produzida na inferioridade natural impossível de ser superada.

4 - lógica da escala dominante: considera existente somente a realidade expressada em escala global ou universal. O particular ou local não possuem credibilidade diante das escalas maiores.



5 - lógica produtivista, monocultura dos critérios de produtividade capitalista: o crescimento econômico e o critério de produtividade são inquestionáveis e considera improdutivo ou desqualificado todo trabalho que não maximiza a geração de lucros.

A lógica de Santos e a produção jornalística

A fim de levantar possíveis ausências no Jornalismo, pretende-se verificar como a razão metonímica influencia na lógica de pensamento que conduz o modo de produção das notícias em favor do todo, hegemônico. A pergunta é: De que forma as lógicas de produção de não-existência (monoculturas) propostas por Santos atuam no Jornalismo? A aplicabilidade desta teoria no Jornalismo será pensada através da aproximação de alguns critérios de noticiabilidade (lógica de pensamento que conduz a produção jornalística) com as lógicas da razão metonímica, produtoras de não-existência.

Monocultura do saber. O Jornalismo entende que a proximidade de um fato é um valor que desperta maior interesse. Um acidente ocorrido no bairro interessa muito mais do que um acidente (nas mesmas proporções) ocorrido em outro estado, país ou continente. Porém, de acordo com Lage, no Jornalismo "Relações culturais ou comerciais instituídas como dependência facilitam a penetração de mensagens provenientes de produtores hegemônicos" (LAGE, 2001: 94). Ele dá dois exemplos:

no caso atual do Brasil o interesse é maior pela produção literária da Europa e dos Estados Unidos do que pela das nações vizinhas da América Latina, a qual só despertará atenção se sancionada pelos críticos *formadores de opinião*, eles mesmos voltados para os centros europeus e norte-americanos. Fenômeno idêntico ocorrerá com as cidades menores em relação às metrópoles: um artista, ou uma canção, de São Luís do Maranhão chegará a Belém do Pará, como produto de consumo, a partir de sua aceitação no Rio de Janeiro e São Paulo. (LAGE, 2001: 94, 95)

Neste trecho, pode-se identificar dois cânones: os críticos formadores de opinião, que legitimam as obras latino-americanas, e o eixo Rio-São Paulo, que reconhece ou não o talento artístico. Aprofundando um pouco tais exemplos, pode-se perguntar: (1) Qual a frequência de países vizinhos no noticiário nacional e com que frequência aparecem os países europeus e os Estados Unidos? (2) Qual a frequência de aparição de artistas locais ou regionais no jornalismo cultural e que espaço é dado para a divulgação da produção cultural do eixo Rio-São Paulo no jornalismo cultural (ou de



entretenimento) nas demais regiões do país? As respostas precisas para tais questões requerem pesquisa empírica, mas acredita-se que um leitor ou expectador de jornal com um mínimo de observação pode possuir uma noção geral sobre o assunto.

Outros cânones identificáveis no jornalismo são as fontes oficiais. A posição ou informação de um órgão ou pessoa com autoridade no assunto (detentora de um grande saber sobre o tema) em sua maioria é relatada como verdade, inquestionável, enquanto outros atores são ignorados.

Monocultura do tempo linear. O novo está na raiz da palavra notícia, que na língua inglesa é representada pela mesma palavra. Ao Jornalismo interessa aquilo que é atual, segundo Silva (2005: 103) "princípio primeiro do jornalismo". A esse respeito, Lage acrescenta que o novo pode se confundir com o que ainda não é conhecido, possuindo assim um significado diferente do que está mais próximo na linha do tempo. Ele explica que acontecimentos históricos podem adquirir interesse em sua semelhança com o presente, ao que denomina *transatualidade*. Pode-se reconhecer na *transatualidade* uma ausência provocada pela lógica do tempo linear.

Mas a crítica maior de Santos ao que esta monocultura provoca está na negação do que não acompanha o desenvolvimento moderno. O obsoleto ou atrasado, segundo essa lógica, não merece visibilidade se não como algo que está em desenvolvimento e busca um progresso semelhante ao padrão hegemônico. Essa lógica poderia explicar a diferença da presença dos Estados Unidos e de países da África no noticiário brasileiro. Em geral, entende-se que nada há de melhor na África do que nos Estados Unidos. Difícil recordar de alguma notícia que remeta a algum conhecimento africano ou a alguma miséria norte-americana.

Monocultura da naturalização das diferenças. As diferenças racial e de sexo são apontadas por Santos como as mais perceptíveis na história. No Jornalismo brasileiro um reforço que replica as diferenças e cria inferioridades pode ser percebido no tratamento dado, na maioria das coberturas, aos povos indígenas e aos paraguaios. Ijuim cita um exemplo deste caso em uma matéria sobre demarcação de terras indígenas que chama de paraguaios os indígenas que ali estão, e assim avalia o trabalho do repórter:



Já no título, “made in Paraguai”, denota um primeiro estigma: tudo e todos daquele país são falsificados. Num texto cheio de ironia, certezas arrogantes, o repórter afirma sua disposição em contestar as “grandes extensões dessas áreas demarcadas para abrigar tão poucos”. Essa postura revela a manutenção de pensamento e práticas coloniais que, além de serem excludentes, são desumanizadores. (IJUIM: 10)

No mesmo texto, Ijuim também aborda outros casos em que a mídia reforça pensamentos indicativos de diferenças de classe social. O pesquisador analisa uma amostra de reportagens sobre a Fundação Casa (antiga Febem), instituição que abriga adolescentes em situação de risco, e outro grupo de matérias sobre uma greve da polícia militar. Acrescenta-se a esses exemplos outros de mesma envergadura: a cobertura da imprensa sobre outras greves, comumente tratadas como um problema de perturbação da ordem e não como uma luta social que reivindica direitos, e os atentados a civis com incêndios a ônibus a mando de detentos, que também possuem reivindicações. Se elas são ou não aceitáveis é uma questão a ser tratada pelas coberturas, mas não podem ser ignoradas. Conforme a análise de Ijuim, ocorre nesses casos uma “coisificação” de fenômenos sociais, reduzindo os acontecimentos a coisas ao não dar conta de seu contexto: “A imprensa raramente têm tratado das *causas* desses fenômenos, o que acaba por configurar versões únicas (não plurais) dos acontecimentos.” (IJUIM: 10).

A identificação social e a identificação humana são valores-notícia citados por Lage que se pode acrescentar na avaliação desses casos. Na identificação social, um indivíduo identifica-se com outro naquilo que projeta para si, na identificação humana com um “herói”, um ideal humano, “um grande atleta, uma cantora notável, um cirurgião habilíssimo”, e em contraposição, não se identifica humanamente com o marginalizado. Talvez por isso as coberturas acima citadas deixem de lado o fenômeno, questão que aparentemente não possui interesse do público mas que, por razões éticas e deontológicas, em prol do interesse público, não poderiam ser ausentadas.

Monocultura da escala dominante. A lógica da escala dominante conduz o jornalismo a abrir espaço ao que é reconhecido pela maioria, e secundarizar o específico. Santos explica que o universal é reconhecido independente de seu contexto, enquanto o local precisa se justificar. A noticiabilidade aqui é conferida por uma massa de pessoas que também atua como cânone de reconhecimento para um fato ou evento. O impacto provocado pelo número de pessoas afetadas ou envolvendo grandes quantias de dinheiro confere valor ao fato como notícia. O oposto disso é a consideração de fatos



isolados como não importantes. Uma morte por fome aparentemente, a julgar pelo que sai nos jornais, não causa tanto espanto quanto 100 mortes em um acidente.

Monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Como parte integrante e integrada na sociedade atual, enquanto produto de uma empresa, o jornalismo não questiona a lógica de produção capitalista. Segundo Santos (2002a: 253), "os sistemas de alternativas de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc.", foram ocultados e descredibilizados pela "ortodoxia produtivista capitalista". Na setorização do jornalismo em editorias, o jornalismo econômico é o responsável por tratar dos modos de produção, mas dificilmente localiza-se nele a cobertura de algo diferente da produtividade propagada pelo sistema capitalista. A lógica atual condiciona a pensar que não há alternativas para o capitalismo e suas mazelas.

A tese de Puliti sobre a financeirização do noticiário econômico ajuda a demonstrar uma manifestação a respeito dessa ótica unidirecional no Jornalismo. Ela defende que a linha de pensamento econômico que prevalece nos jornais é a dos economistas do mercado financeiro com os jargões e termos técnicos que distanciam o noticiário econômico da maioria dos leitores do jornal. Com uma certa naturalização, aceita-se que a economia seja um assunto que não interessa à maioria da população, que muitas vezes nem compreende muitos dos temas ali tratados. A própria linguagem do noticiário econômico nem sempre é voltada para o público em geral.

Se há uma tendência a reproduzir um sistema hegemônico de produção, há uma tendência em criar ausências, desconsiderando outros modos. A ausência da cobertura sobre as alternativas de produção, como o cooperativismo que não objetiva a geração de lucros, é a forma que o Jornalismo manifesta ser influenciado por esta monocultura. A localização de tal ausência exige um trabalho empírico que está sendo desenvolvido por esta mestrandia a fim de demonstrar este problema como uma negligência no jornalismo e propor uma forma de superá-la. A negligência seria a origem do problema, podendo assumir três proporções conforme sua causa: a primeira a partir de um descuido ou desconhecimento, a segunda de uma desconsideração e a terceira de uma negação proposital.

Considerações



É difícil conceber um jornal sem critérios de seleção pelo fato de que a realidade não cabe no jornal. Com base nas ideias de Santos, parece prudente que a primeira postura seja assumir que o jornal não é o todo, e que não representa a soma das partes do todo, apenas uma delas. Mas então, seria o caso de reavaliar os critérios? Repensar a sociedade a partir da realidade, a partir dos fatos e não das "encomendas" pautadas ou daquilo a que já estamos habituados a encontrar e aceitar, considerando sempre a possibilidade de questionar parece um bom começo. Deixar a realidade falar, sem pensamentos determinados e pré-concebidos, ou porque a maioria entende de tal forma, ou pela prevalência de algum poderio. A contribuição do jornalismo para a diminuição das ausências poderia vir da não tentativa de reportar mais do mesmo, não tratar fatos sociais como objetos mas como fenômenos em si, como reivindica Ijuim, e reportar os fatos com suas nuances e diferenças.

Entende-se que os critérios de noticiabilidade e o processo de *newsmaking* permitem a produção do Jornalismo, e não se defende que a solução esteja na negação dessas ferramentas. Talvez o necessário seja voltar-se para outra questão: Quais são as razões do jornalismo? Que racionalidade guia o pensamento dos jornalistas? Qual a natureza do jornal? A concepção de um produto jornal parece diferente da concepção de um serviço público jornalismo. Um jornal para vender talvez fosse diferente de um jornal para conscientizar. Pensar nos interesses do público-alvo pode ser um limitador, diferente de pensar nos interesses públicos ou mesmo interesses do público (em geral). Nesse ponto de vista, parece que as minorias só terão vez quando o jornalismo substituir a noção do seu público cliente, consumidor de notícias, pelo público consciente, cidadão, ser humano, sociedade.

A sociologia das ausências, proposta por Santos (2002a: 253) objetiva "revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas". Através dela incluem-se "as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes." (SANTOS, 2002a: 253). Entende-se que o jornalismo, por sua função social e sua natureza, seja um dos principais atores com poder de contribuição para esta divulgação ou, como diz Santos, para transformar ausências em presenças. É deste modo que a sociologia das ausências se propõe a expandir o presente. A cobertura jornalística das ausências causadas pelas lógicas da razão metonímica podem ser uma grande contribuição da área em busca da emancipação social.



Referências bibliográficas

IJUIM, Jorge. Ciência e Jornalismo: Apontamentos sobre as ideias de Boaventura de Sousa Santos para a compreensão do Jornalismo.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis: Insular, 2001.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em jornalismo e mídia**. Florianópolis, vol. I, n. 2, p.13-30, 2º semestre de 2004.

PINTO, Manuel. Silent citizens: on silence and silencing in journalism. Journalism Research and Education Section at the IAMCR Annual Conference. Cidade do México, julho de 2009.

PULITI, Paula. **O juro da notícia: jornalismo econômico pautado pelo capital financeiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de Ciências Sociais**, 63, p.237-280, outubro de 2002a.
_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2003 (9 ed).

SANTOS, Boaventura de Souza (orgs). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo**, vol. 2, n.1, p.95-107, 1º semestre de 2005.